



A nuvem e a rua: novos movimentos urbanos nas metrópoles brasileiras

The cloud and the streets: new urban movements in Brazilian metropolis

Carlos Henrique Magalhães de Lima¹

¹ Arquiteto e urbanista (FAU-UnB), doutor em urbanismo (PROURB-FAU-UFRJ) e professor do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB). carlos.lima@ufrj.br.

Resumo

O presente artigo indaga sobre a emergência de um novo movimento social em metrópoles brasileiras. Esses movimentos questionam as vertentes do planejamento urbano e do urbanismo vinculadas ao mercado e em detrimento de demandas sociais. Trata-se de uma luta urbana configurada por movimentos dispersos e descentralizados, mas que possui temática de luta, identidades políticas e formas de ação assemelhadas. O termo “nuvem” é empregado aqui para se referir ao caráter difuso e impreciso desse movimento, além da diversidade de frentes em que atuam e a pluralidade de enunciados que apresentam em sua base social e de luta – de grande heterogeneidade. Tal associação metafórica também remete à diversidade de seu “repertório de ação” (Tilly, 1978), configurado sobretudo por ações no espaço público, aqui referido pelo termo “rua”. Assim, esses coletivos apresentam capacidade de se mobilizar nos espaços públicos para tematizar a cidade e as questões da alçada urbanística. Com este estudo, espera-se fornecer uma interpretação para o caráter político desempenhado por esses movimentos na cidade, além de indagar sobre os rumos do planejamento urbano, do urbanismo e de práticas correlatas no atual cenário de tensões que configuram as metrópoles no Brasil.

Palavras Chave: novos movimentos sociais, ativismo urbano, espaços públicos, repertório de ação coletiva.

Abstract

The present paper inquires about the emergence of a new social movement in Brazilian metropolis that thematizes as object of controversy the current aspects of urban planning and urbanism, in many cases, linked to market determinations to the detriment of social demands. It is an urban struggle shaped by dispersed and decentralized movements, but with very similar political identity and forms of action. The term "cloud" is used here to refer to the diffuse and imprecise character of this movement. In addition to the diversity of fronts in which they militate, this movement presents heterogeneity in its social composition. The metaphorical association brought about by the term "cloud" also refers to the diversity of its "repertoire of action" (Tilly, 1978), which in turn is mainly composed by interventions in the public space – in this paper, denominated by the term "street". Thus, what these groups present is an ability to mobilize in public spaces to confront urban planning and its practices. With this study, it is expected to deliver an interpretation for the political character of these actions in the city and also to inquire about the directions of urban planning in the current scenario of tensions that shape the metropolis in Brazil.

Keywords/Palabras Clave: new social movements, urban activism, public spaces, repertoire of collective action

INTRODUÇÃO

Recentemente, em diversas cidades brasileiras, presenciou-se a emergência de um ciclo de protesto nas ruas. Trata-se de um ativismo praticado por grupos que disputam a cidade confrontando planos urbanísticos, projetos urbanos ou princípios de gestão em determinados trechos da cidade. Diante de assimetrias e desigualdades presentes nesse universo, apresentam demandas relacionadas aos direitos urbanos em múltiplos aspectos. São coletivos que realizam intervenções que colocam em movimento ações muito diversas, envolvendo práticas como ocupações, derivas urbanas e interferências nos lugares, portanto, raramente recorrem às formas tradicionais de protesto – como as passeatas, por exemplo. Esses coletivos encaram os espaços públicos como fonte e principal foco de suas inquietações, investem em práticas autogestionárias e colaborativas e reúnem baixo número de participantes – na casa das dezenas. Mas vêm conseguindo mobilizar campos significativos da sociedade a respeito dos temas que disputam. Possuem base social diversa e não se apresentam essencialmente como uma luta popular, de modo que não se presume uma identidade comum e relativamente estável entre seus integrantes. Isoladamente, não chegam a ser representativos, mas se tomados em seu conjunto ajudam a compreender novos contornos na topografia dos protestos urbanos.

Dentre esses focos insurgentes, é possível citar o Movimento Ocupe Estelita, em Recife, iniciado em 2014, o Movimento Baixo Centro, que ao lado de diversos coletivos vem adensando a cena política com temática urbana em São Paulo, o Praia da Estação, em Belo Horizonte, que questiona a maneira pela qual a prefeitura vem determinado regras de ocupação de um espaço público importante na capital mineira. Esses movimentos além de desafiarem os planos urbanos nos contextos em que atuam, oferecem uma ampla plataforma de questionamento das práticas do urbanismo e planejamento. O que se apresenta como hipótese analítica é que a movimentação desses atores, mesmo em contextos muito distintos, conta com certa solidariedade e compartilhamento de símbolos e valores e sendo assim formam um movimento social de matriz eminentemente urbana, influenciando no direcionamento do pensamento e da prática urbanística na sociedade.

Ao oferecer uma interpretação para tal fenômeno, este trabalho tem o propósito de ampliar os entendimentos sobre a relação entre os movimentos sociais e a cidade, ou mais especificamente, de suas relações com as práticas de planejamento e projeto urbano. Parte-se da premissa de que o conjunto dessas ações desafiam as próprias noções de movimento social e ativismo, ao expor contradições extremas que se avolumam atualmente em nosso processo de urbanização. Os novos discursos e as novas formas de ação dos movimentos sociais que despontam na cidade hoje tematizam o planejamento urbano e urbanismo como objeto de crítica, mas não são formados somente por camadas populares. Portanto, contemplam não só questões como a habitação ou bens coletivos, mas um conjunto de problemas que atingem camadas sociais díspares, contribuindo para pensar os entedimentos e os valores socialmente compartilhados.

Para fazer essa leitura, foram consideradas duas figuras metafóricas. A primeira, a nuvem, alude ao caráter impreciso e difuso desse movimento urbano, de difícil definição quanto aos princípios que articulam e demandas que expressam. Já a “rua” aparece como metonímia para “espaço público” e tenta dar conta do tipo de ação que praticam: uma luta que toma a cidade a partir de um “repertório de ação coletiva” (Tilly, 1997) de caráter crítico e cultural. Nesse sentido, recorre-se ao arcabouço teórico dos movimentos urbanos produzido em décadas recentes para tentar delimitar essas ações no tempo e espaço atuais das metrópoles brasileiras.

Metodologicamente, foram observadas ações de movimentos contestatórios no país ao longo de três anos, entre 2011 e 2015. Na maioria dos casos, houve observação mais acurada, com participação junto aos coletivos, acompanhamento de reuniões e entrevistas com seus integrantes². Mas não foram excluídas análises a partir de materiais confeccionados por seus integrantes, como manifestos e publicações, fóruns virtuais de discussão, matérias publicadas na imprensa e artigos científicos produzidos no período. A partir desse inventário foram dispostas as principais categorias analíticas que subsidiam esse trabalho: a) os pontos que tocam ao confrontar as práticas urbanísticas – tendencialmente orientadas por uma perspectiva mercadológica; b) as variadas ações “nas ruas” que lançam mão, tornando estas o lugar privilegiado da expressão coletiva.

Este trabalho não tem por objetivo nenhuma análise pormenorizada dos movimentos como um todo ou das formas radicalmente novas assumidas pelos conflitos urbanos na última década. Tampouco a análise de resume a qualquer um desses grupos em particular. Ao invés disso, o que se tentou foi expor algumas premissas teóricas e cotejá-las com experiências recentes que despontam no contexto das metrópoles no país para pensar se há algo de novo e específico no perímetro dessas novas formas de resistência urbana. Com isso, espera-se contribuir para uma reflexão sobre o pensamento e a prática do planejamento urbano e do urbanismo, nos diversos contextos que pertencem.

1. UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL NA CIDADE?

Nas décadas de 1960 e 1970, a conflitualidade irrompeu com força na vida política e social da maioria dos países da Europa e Américas, quando setores populares e médios emergiram no âmbito da política local em ambientes democráticos, reivindicando direitos ou fazendo críticas a seus modelos de desenvolvimento (Borja, 2003 [1991]: 129). Movimentos reivindicatórios passaram a fazer parte da vida política em contextos muito variados contribuindo para demarcar orientações, valores e investimentos da sociedade. Alguns autores identificam os movimentos sociais como um fenômeno transitório relacionado com o desenvolvimento do capitalismo industrial (Frank e Fuentes, 1989). Alonso (2009: 51) escreve que os 1960 marcaram o auge de reflexões que procuravam definir a “movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas”, atuando por meio de “[...] ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas.” Eram formas organizadas que demandavam mudanças paulatinas na sociedade e cultura, ampliando o horizonte de interação entre atores diante de bases sociais complexas e diversas.

Naquele momento, as questões urbanas passaram para a alçada dos conteúdos em disputa, mobilizando sobretudo os segmentos afetados pelo processo desigual de urbanização. Nesse período pioneiro as análises sobre os movimentos sociais urbanos emergem e rapidamente se multiplicam. Autores como Castells, Borja e Lojkin são referências constantes quando se pensa no conjunto de novos problemas e de reivindicações sociais que então se deu na cidade, de grande

² Metodologicamente, muitos estudos conduzidos nos anos 1970 e 1980 privilegiavam os trabalhos de campo via observação participante, fazendo convergir arquitetura, urbanismo e antropologia urbana. São exemplos de trabalhos importantes nessa direção a obra de Carlos N. F. dos Santos, Alba Zalar e Gilberto Velho. Este trabalho busca inspiração nesses autores pioneiros, embora reconheça a importância de uma abordagem mais variada para dar conta do presente estágio das interações que os ativistas mantêm, com farto uso de tecnologias da informação. Também deve-se manter em vista a questão da escala, pois como nos advertia Durham (1984), só uma análise “de dentro” dos movimentos, focalizando suas iniciativas e as tensões que enfrentam daria maior entendimento das influências que assimilam para imaginar outras interações sociais.

variedade reivindicatória, mas cujo eixo determinante de lutas centrava-se no crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização (Jacobi, 1982). Segundo Jacobi (1980), foi Castells (1973) quem primeiro empregou o termo “movimentos sociais urbanos”, definindo-o como uma forma de descrever um sistema de práticas sociais confrontantes à ordem estabelecida, motivada por contradições específicas da problemática urbana. A interpretação de Castells corrobora visões críticas à sociologia urbana daquele período, tradicionalmente concentrada em estabelecer associações entre o meio ambiente e o comportamento social (Jacobi, 1980). Segundo Jacobi, os movimentos sociais urbanos são “eixos significativos para se compreender de uma nova forma a dinâmica da realidade urbana a partir das suas contradições” (ibid: 222).

Paulatinamente, essas “contradições” foram colocadas em posição relativa, especialmente as de cunho marxista em que se opõe burguesia/capital a proletariado/trabalho (Kowarick, 1983). De modo semelhante, indagava-se a respeito ao tipo de antagonismo que esses movimentos mantinham em relação ao Estado e qual seria seu papel na dinâmica do confronto político (Cardoso, 2008). De todo modo, esses impasses já enunciam os denominadores comuns nas análises sobre os movimentos sociais: o tipo de antagonista, as identidades que mobilizam, a formação de sua base social, entre outros mais.

De uma maneira geral, os movimentos sociais podem ser considerados como ações coletivas da sociedade de caráter sóciopolítico e cultural (Gohn, 2007), realizadas por grupos e movimentos de identidades móveis e dependentes das conjunturas em que se situam (Gohn, 2011). Apresentam modo de ação variável e construído ao longo do processo contencioso (Tilly, 1977); podem se articular em redes com diferentes escalas de abrangência e utilizam-se muito de novas tecnologias como a internet (Gohn, 2008). Em essência, canalizam energias sociais antes dispersas num fazer propositivo que potencializa o conteúdo político das adversidades que enfrentam.

Na década de 1980, essa percepção geral começa a ser alterada pelo entedimento de que os movimentos sociais teriam sofrido inflexões consideráveis. São recorrentes as interpretações associadas às ideias de “novos movimentos urbanos” e “novos ativismos”, cada qual elegendo um ângulo particular, mas em geral referindo-se ao conteúdo das mobilizações, ao antagonista, aos pressupostos de atuação e aos direitos reivindicados. Laclau (1983) afirma que, com os “novos” movimentos, rompeu-se a unidade entre estas categorias, o que foi tornando cada vez mais impossível a tarefa de identificar um sistema ordenado e coerente que permitesse estabelecer as “posições de sujeitos” em campos de disputa. Os próprios temas a que os movimentos se referiam se tornaram difundidos, sugerindo que a esfera urbana vinha acumulando crescente complexidade. Na dificuldade em atacar apenas um problema, as lutas na cidade apontavam uma tendência de vínculos ampliados, com grupos e movimentos criando solidariedades novas e deixando de lado relações mais estáveis. Segundo Gohn (2011), o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) amplia os aspectos como identidade, autonomia e subjetividade imiscuídos às representações políticas.

As grandes teorias sobre os movimentos urbanos então cederam espaço às interpretações que privilegiaram as teorias sobre a ação mais que as “oportunidades políticas” (Jasper, 2010: 966). Mais recentemente, já na virada do século XXI, Tilly, Tarrow e McAdam (2001: 42) se viram compelidos a restabelecer algumas bases de seus trabalhos, que embora se refiram ao contexto de luta dos Estados Unidos e Europa, são importantes em sua indagação a respeito das dinâmicas de estruturação das lutas. Segundo os autores, compreende-se melhor os movimentos sociais quando se foca em ações menores, mais do que nos grandes episódios de mobilização (Tilly, Tarrow e McAdam, 2001). Autores como Touraine, Melucci e Habermas são referências importantes do que ficou conhecido como teoria (ou paradigma) dos Novos Movimentos Sociais, em que se propunha

uma interpretação da cultura com foco nos discursos de suas expressões e práticas, realizando uma reconstrução de orientações teóricas existentes a partir de suas matizes básicas (Gohn, 2011: 122). Embora não tenham elaborado reflexões exclusivamente sobre o fenômeno urbano, esses autores ajudaram a demarcar a compreensão de que os movimentos sociais se difundiram consideravelmente – o que se reflete nas lutas urbanas.

Touraine (2006) caracteriza a difusão de lutas num contexto em que o trabalho teria perdido centralidade, com conflitos processados em âmbitos muito distintos. As lutas sociais estariam de certa forma diluídas “em toda parte” (Touraine, 1981). Por sua vez, Habermas (1981) reconhece os movimentos sociais como elementos dinâmicos e com potencial de ativação e reconhecimento da esfera pública, uma vez que assumem postura contestatória e criam patamares de expressão de direitos coletivos, e portanto capazes de resistir à expansão da racionalidade da técnica em todas as esferas da vida social (idem). Já Melucci (1980) propõe reinterpretar a “ação” e “identidade” coletivas no contexto difuso em que se processam as interações nos movimentos sociais. Para o autor, tal identidade se consubstancia na tensão entre objetivos e obstáculos, sendo que sua orientação se faz num sistema de oportunidades e coerções (Melucci, 2001: 52). Os movimentos sociais desafiam padrões dominantes, ativados por relações que ligam os atores sociais por investimentos contínuos e diversificados (ibid: 69).

A “identidade coletiva” passa a ser um elemento analítico de grande importância nessas interpretações. Segundo Evers (1984), a luta política se realiza nos padrões socioculturais que permeiam também a microestrutura da sociedade, sendo este um processo “[...] aberto, embrionário, descontínuo e permeado de contradições, portanto difícil de captar.” (Evers, 1984: 12). Para o autor, a identidade coletiva, no âmbito dos NMS, seria a parte latente e não organizada da esfera social, portanto, em contraste com a sociedade dominante que possui valores próprios, bem assentados e conduzidos por eixos sistêmicos bem estabelecidos. Já no âmbito dos movimentos sociais, a identidade se formaria a partir da própria ação de sujeitos que movimentam “fragmentos de subjetividade atravessando a consciência e a prática de pessoas e organizações” (idem).

Evers (ibid:15) afirma que o potencial transformador nos novos movimentos sociais reside na capacidade para experimentar formas diferentes de relações sociais quotidianas mais do que suas fragilidades ou as contradições urbanas. Afirma que o número relativamente baixo de participantes, as estruturas não burocráticas e até informais e a forma coletiva na tomada de decisões que caracterizam os NMS, proporcionaria uma heterogeneidade de disputas no âmbito político que envolvem a participação de diversas formas organizadas: centros de ajuda mútua, comitês, coletivos organizados, dentre outros (ibid: 14). São formas organizadas e espontâneas forjadas num “[...] árduo e paciente ‘trabalho de formiga’, de organização e estruturação de pequenos núcleos na tentativa de enfrentar as agruras do cotidiano.” (Evers, op. cit.: 13)

No plano organizacional, esses movimentos sociais privilegiam “formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de ‘contra-instituições’, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia, nas quais a comunicação livre seja possível” (Alonso, 2009: 63). As ações coletivas nesse âmbito ocorrem sem que seja atribuída clara definição do papel de cada integrante, sendo suas posições e competências cambiáveis no decorrer do processo contencioso (Laraña, Johnston e Gusfield, 1994: 7-8). Esses NMS se caracterizam pela pluralidade de ideias e valores cuja consequência é a contínua elaboração de novas identidades e conteúdos de luta.

Segundo Gohn (2011), no que se refere aos movimentos urbanos, “novíssimos atores” acenderam à cena rearticulando as propostas que pautam os temas e problemas sociais da contemporaneidade. A forma como se organizam, utilizando-se colaborativamente dos meios de comunicação e informação modernos, é indicativa do rechaço que manifestam em relação às hegemonias, em seu aspecto sólido e hierarquicamente estabelecido. O deslocamento presente nas teorias sobre os NMS pode ser resumido na interpretação de que o centro conflitivo não se assenta mais em as questões produtivas.³ Assim, o caráter festivo e cultural desses movimentos faz convergir novas experiências entre ativismo e prática artística revelando a centralidade desse nexos na compreensão do desenvolvimento urbano e suas crises (Ribeiro, 2006).

Diversas análises sugerem que esses NMS foram mobilizados diante das ondas de neoliberalização urbana, processo que intensificou as tensões, conflitos e desigualdades associadas à suspensão do caráter público dos espaços, administrado sob uma lógica regida pelo mercado (Ribeiro, 2006; Gohn, 2011; Leontidou, 2010; Mayer, 2007). O ativismo desses movimentos se mostra tendencialmente contrário à lógica do “empresariamento urbano” (Harvey, 2012), à “cidade neoliberal” (Ribeiro, 2006) e demais denominações que apresentam uma forma de produção urbana que mal distribui seus benefícios⁴. Reúne diversos atores coletivos que lançam mão de variadas formas de disputa na cidade, sendo assim um fenômeno de difícil conceituação.

Conquanto abertas e flexíveis, essas tendências estão atualmente reconfigurando a “topografia” fragmentada dos movimentos urbanos, deixando para trás questões levantadas nos anos 1960 quando as causas em mobilização, mesmo com algumas divergências, mantinham certa proximidade (Mayer, 2006). Esses novos movimentos, por isso, não poderiam mais ser analisados apenas pelos desequilíbrios e disparidades da urbanização. Para Mayer (2007), a urbanização desenfreada e o acúmulo de problemas na cidade fariam surgir pequenas culturas de defesa tanto quanto grandes grupos mobilizados. A autora diz o seguinte: acentou-se as diferenças entre ativistas e as organizações de base que passaram a formar um arranjo variado de movimentos e atores. Entre opositores e progressistas, pragmáticos e reacionários, surgiu um ativismo na cidade articulado a movimentos na escala regional e global (Mayer, 2006).

A década de 1990 é apontada por Ribeiro (2009) como momento crítico em que os movimentos sociais perdem centralidade, dentre outros fatores, isso ocorreu devido à escassez de recursos para políticas urbanas, à reestruturação produtiva em cenários de crise, ao agravamento da desigualdade social e consequente “agudização da violência e o deslocamento, contra os mais pobres, da fronteira entre legalidade e ilegalidade” (ibid: 151). Por outro lado, tais eventos contribuíram para difundir consideravelmente os matizes das lutas urbanas, já que a intensificação de conflitos amplificou formas de protesto e de mobilização política, quer dizer, a substituição de políticas distributivas por padrões de competitividade urbana intensificou a polarização sócio espacial e, consequentemente, amplificou os estímulos da excludente face urbana da “sociedade de consumo” que se consolida especialmente em países periféricos (Ribeiro, 2006: 151).

³ Segundo Touraine (1989: 13), o ativismo desses movimentos “[...] não está mais associado à atividade social do trabalho [...] ele está em toda a parte”

⁴ A ideia de que há “novos” movimentos sociais e ações coletivas nas cidades se desenvolve desde os anos 1980 (Scherer-warren, 2005). Neste trabalho, o termo “novo” é considerado a partir de Ana C. T. Ribeiro (2006), como as lutas na cidade que são contrárias às perspectivas neoliberais e a crise societária aguda que se manifesta em diversos contextos urbanos ao longo da década de 1990.

Novos laços sociais se formam nesse contexto em que a cena urbana passa a manifestar “fortes sinais de fragmentação” (idem). Há a emergência do que Ribeiro (2009: 150) denomina por “novo ativismo”, cujo teor “[...] pressiona o próprio conceito de movimento social urbano, já que este ilumina, sobretudo, as mediações políticas entre carências sociais e a esfera pública”. A diversidade temática das lutas urbanas é resultado da dissolução de princípios políticos que regem a ordem social na cidade “e a resignificação das experiências urbanas por atores sociais com variadas culturas políticas” (ibid: 151). O alcance desse fenômeno nos impede de abarcá-lo por inteiro, pois depende de questões muito particulares. Além dos conflitos relativos à distribuição de recursos, há as identidades que resistem à discriminação e uma maior adesão ao localismo e ao bairrismo; por outro há formação de grupos em sintonia com movimentos de escala mundial (idem).

As mobilizações globais contra os efeitos do neoliberalismo nas cidades oscilam entre as expressões regionais, que criam espaços de reflexão e troca de experiências, e a grande escala, com ações arroladas na globalização das redes de resistência conjugada também à “solidariedade política *translocal* e à consciência ampliada” (Mayer, 2006: 105, tradução nossa)⁵. Os espaços propostos pelos movimentos sociais e coletivos urbanos desafiam diversas vertentes da prática urbanística e das políticas urbanas. A diversidade de ações revela que esses movimentos são embriões de uma cultura urbana resistente aos efeitos da desintegração social proporcionada pela centralização excessiva do projeto e planejamento da cidade (Mayer, 2007). Ao buscarmos caminhos novos e autônomos para criação de relações outras que não as de poder, esses movimentos indicam a importância da manifestação livre e da diversidade urbana, em que os contrastes são mais importantes que a unidade – cada vez menos sólida.

É sintomático e representativo desses tempos o conceito de movimento social proposto por Mario Diani (1992: 1, tradução do autor): “rede de interações informais entre uma diversidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais com base em identidades coletivas compartilhadas.” As identidades, portanto, tornam-se nuançadas e se apresentam configurações novas, assumindo combinações e formas de associação imprevistas. Além disso, os tipos de repertório de ação identificados no conflito reavivaram essa atmosfera de diversidade implicada na análise dos movimentos sociais (Evers, op.cit). A variedade de espaços em que ocorrem as ações coletivas é ampliada por manifestantes, na medida em que os conflitos se politizavam não apenas no âmbito representativo, mas no próprio espaço público, “nas ruas”.

O conjunto dessas ações estaria reconfigurando os contornos das formas de protesto na cidade? Embora não seja possível antever se esse movimento de rua irá subsistir no tempo, é interessante observar sua emergência e significado. As postulações manifestas em tal ambiente político se infiltra no espaço social de forma difusa. Os integrantes dos movimentos urbanos que se desdobram no presente movem-se pelos espaços públicos como “nuvens urbanas”, adensando-se e dissipando sua energia conforme as agruras e adversidades que enfrentam. Mesmo sem manter identidades ou interações sólidas, previamente constituídas, tais grupos criam conexões imprevistas e moldam uma matéria de contornos pouco precisos na realidade social. No cenário atual do país, juntamente com a proliferação de lutas urbanas, há uma maior densidade crítica ante a espantosa aliança entre grupos hegemônicos que em boa medida configura a forma de se fazer política urbana no país. Diante de uma assimetria crescente, as injustiças provocadas por esses processos forja movimento social que propõe novas formas de ação política, mesmo que muitas vezes enfrentem dificuldades de ultrapassar o nível discursivo.

⁵ Traduzido do original: “These events allowed not only for the globalization of networks of resistance but also for a growing translocal political solidarity and consciousness to unfold.”

Esses movimentos tematizam a cidade como objeto de disputa e afirmam “as ruas” como lugar da diferença. Suas práticas tentam enfatizar o domínio público como espaço privilegiado da política contra as manifestações excludentes que a veem como mera circulação entre lugares privatizados. Daí a importância de observar como a iniquidade reverbera no corpo político dos movimentos e nesse ponto são reveladoras as questões que mobilizam seu repertório de ação.

2. AS RUAS COMO LUGAR DA AÇÃO

Do ponto de vista tático, salta à vista o aspecto aspecto múltiplo e plural compreendido nas ações desses novos ativistas urbanos. Uma variedade de termos tais como “ocupações”, “intervenções” e “derivadas” indica a efervescência que tomou corpo recentemente em cidades brasileiras. Essas vozes dissonantes são um dos sinais mais evidentes de desagregação nos espaços públicos de nossas metrópoles. É interessante notar como diferentes movimentos guardam semelhança nos enunciados, nos temas que mobilizam, nas estratégias de organização e nos meios que empregam para apresentar suas reivindicações. Um aspecto particular que salta à vista nesse contexto de lutas é a atuação de ativistas nas ruas, mas não de uma forma tradicional e recorrente de protesto, como as passeatas, mas empregando ações de caráter a um só tempo cultural e crítico.

Nesse sentido, o conceito “repertório de ação coletiva” (Tilly, 1977) oferece uma pista de análise. Foi tentando compreender a ação em seu aspecto cultural e político que Tilly o concebeu para se referir, em suas primeiras formulações, a

“determinado conjunto de rotinas apreendidas, compartilhadas e colocadas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais assimiladas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta.” (Tilly, 1995 [1977]: 26).

Naquele momento, a preocupação de Tilly era investigar novas formas políticas de agir implicadas no ativismo dos movimentos sociais, o que o levou a emprestar da música a noção de repertório para designar ações engajadas em um dado período histórico (Alonso, 2012). Em sua fundação, o conceito se articula em torno da mudança social, econômica e política conforme as oportunidades e constrangimentos presentes numa dada conjuntura (ibid: 22). Segundo Alonso (2012), o repertório seguiu aparecendo nos textos de Tilly sem maiores teorizações até o meados da década de 1990, quando o autor foi compelido a voltar ao tema. O repertório que antes descrevia a “ação coletiva” passa à esfera do “confronto”, da “performance política” (Alonso, op.cit.). Nesse momento, Tilly (1995) esclarece que os repertórios não pertencem a determinado grupo, mas a um conjunto de atores “em conflito.” Quer dizer, as ações dos movimentos reivindicatórios não são observadas isoladamente, mas sempre numa perspectiva relacional.

Nesse universo de interações, o repertório molda e é moldado pelo ambiente de lutas, amalgamadas em padrões recorrentes, mas ativados pelo uso em variadas formas (Tilly, 1995). O “espectro de rotinas disponíveis” (Alonso, 2012) é ajustado de modo recíproco e contínua. Ou seja, o repertório não é algo que paira acima do tempo e sobre as determinações que emergem nas disputas políticas, mas uma forma contingente de ação (greves, passeatas, manifestações) que os atores concebem e colocam em movimento a partir de suas culturas particulares, e que possui interações e nexos com outras lutas. Estão situados nas épocas e ciclos em que se formam, mas são também compartilhados na velocidade em que uma cultura molda e assimila certas transformações sociais – a urbanização, por exemplo.

O conceito de repertório esteve mais e menos presente em diferentes elaborações teóricas sobre os movimentos sociais a partir dos anos 1970. Seus aspectos são variados especialmente se pensarmos em enfoques situados no tempo curto das transformações políticas, em que as formas de ação passaram a ser encaradas como fenômenos que sofrem variações muito rápidas em certas conjunturas. Nesse caso, a tendência é que ativistas – ou “desafiantes”, como sugeriu Tilly (2006) – invistam sobretudo na flexibilidade e inovação.

Cabe ressaltar que muitas ações são constituídas em proximidade com outras lutas e reivindicações de mesma natureza – mesmo quando ocorrem em situações e lugares muito diferentes. Segundo Gohn (2011: 109), pelo encontro de modos de protesto tradicionais e novos, as ações se expandem, mudam de forma, perdem importância e o protagonismo ou ganham novos conteúdos. O repertório atual configura um quadro de grande dinamismo em que os grupos podem aumentar suas interações, influenciando seus repertórios de ação e criando oportunidades para si próprios. Isso sugere que obedecem mais a interações do que a relações estabelecidas, quer dizer, se sujeitam a códigos acionados por mecanismos e identidades menos sólidas do que a aspectos que se fazem no curso de experiências passadas.

Uma característica identificável nessa “nuvem” do ciclo atual de movimentos urbanos é sua capacidade de diminuir as fronteiras entre arte, política e cotidiano. Para Evers (1984: 14), muitos grupos e movimentos recentes “[...] estão diretamente envolvidos em atividades culturais (no sentido mais amplo); outros lançam mão da música, teatro, dança, poesia e outras manifestações culturais para divulgar seus objetivos”. No discurso de diversos coletivos essa diversidade de práticas é importante na redefinição da esfera pública e dos espaços urbanos, tornando-os menos vinculados às estratégias hegemônicas e mais próximos da alteridade. Empregam táticas para disputar uma realidade urbana segmentada, portanto, menos estigmatizada pela competição da sociedade. No repertório de luta desses grupos se conjugam experiências múltiplas e potencialmente capazes de ativar espaços e alterar percepções a seu respeito, como ações políticas, intervenções de arte e performances no espaço público. Além disso, ajudam a refletir sobre ordens hegemonicamente impostas, uma vez que adquirem sentido no curso da experiência.

Diante de uma cidade em que as percepções se centralizam e perde-se conteúdo político, os ativistas destes novos movimentos procuram formas variadas de reivindicação. Ou seja, o repertório “muda em conformidade” (Tilly, 1995: 35), é multiplicado. Identificam-se formas variadas nesse movimento, envolvendo ações temporárias e intervenções nos espaços. São gestos que além de confrontarem a hegemonia implicada num instrumento de planejamento ou as características de determinado projeto urbano, propõem novos horizontes de interação coletiva nas ruas. Alguns termos aparecem destacados nesse repertório, portando novos significados e conteúdos como as ocupações urbanas, deambulações e derivas.

As ocupações de espaços não são novidade no repertório dos movimentos sociais na cidade. Tais ações inscrevem de maneira contundente as demandas de um grupo ou segmento social na cena pública, apontando para outras possibilidades de uso na cidade. Por exemplo, as ocupações de edifícios ociosos (públicos ou privados) por associações de moradores e assentadas no princípio da autogestão, são uma das evidências mais palpáveis do desacordo entre sociedade e as propostas urbanas por parte do Estado. Entretanto, as ocupações recentemente passaram a ser empregadas como forma consistente de pressão concomitantemente a outras frentes de luta, como a mobilização pela internet (Lorey, 2011; Holert, 2012). Hoje, no país, muitas ocupações vem sendo conduzidas para problematizar e relativizar pensamentos e práticas sobre a cidade ou a falta de mediação com as populações locais.

É o caso do Movimento Ocupe Estelita, uma ação vigorosa que se desenvolve nos armazéns dos Cais José Estelita, próximo ao centro antigo de Recife, Pernambuco. O Movimento Ocupe Estelita iniciou sua mobilização em 2014 como resistência ao Projeto Novo Recife, cuja proposta é reconfigurar a região situada na Bacia do Pina e se estende entre os bairros do Cabanga e São José. Desde 2012, diversas Diversas associações e grupos de pressão passaram a fazer críticas recorrentes ao caráter exclusivista do projeto, moldado para classes médias altas, desconsiderando a população que há anos reside ali de forma precária. Seus espaços públicos, genéricos e homogêneos, também são restritivos, pois contrastam de maneira radical com o entorno da intervenção, além de privilegiar um padrão de comércio que muito provavelmente seria pouco acessível para aqueles que não se inserem nesse “novo” modo de vida (Movimento Ocupe Estelita, 2014).

Os ativistas do Ocupe Estelita extrapolaram os canais de diálogo, onde vinham tendo pouco êxito, e iniciaram um movimento que tem na “ocupação” sua principal referência. Na área do cais destinada ao projeto, ativistas passaram a promover jornadas com atividades culturais, aulas públicas, oficinas e debates sobre urbanismo como meio de enfrentar e discutir a intervenção proposta pelas empresas associadas ao poder público. A organização do Ocupe Estelita se dá de forma descentralizada (operada por vários núcleos mobilizados) e difusa (por meio de diferentes repertórios que não se restringem a um território específico). Segundo ativistas, a ideia de reunir esforços para a ocupação foram discutidas coletivamente, com grupos menores assumindo tarefas específicas com esse propósito. Empregam performances, intervenções artísticas, oficinas, piqueniques e apresentações musicais, o que não corresponde a repertórios tradicionais de protesto (como as passeatas).

Estima-se que 7 mil pessoas tenham passado pela ocupação desde que esta foi iniciada. O movimento deu oportunidade para que muitas pessoas adentrassem uma área que até então era pouco conhecida por boa parte da população, já que o terreno permaneceu durante anos atrás dos muros que cercavam armazéns e galpões. O Ocupe Estelita conta com a solidariedade e colaboração de movimentos populares autônomos, associações de moradores, do comércio, ONGs e outros grupos que contribuem com tempo e esforços diversificados para essa ocupação de caráter cultural, festivo e político.



Ativistas do Ocupe Estelita sobre a antiga linha férrea que cortava o Cais José Estelita. Fonte: Chico Laudemir, (direitosurbanos.wordpress.com).

De forma semelhante, o Praia da Estação que propõe ocupações como modo de interferência crítica no espaço. Defendem a Praça da Estação, um lugar central e simbólico para a cidade, como espaço irrestrito de experiências, pois a área vinha sofrendo interferências do governo que limitavam seu caráter público (Migliano, 2013; Albuquerque, 2013). Embora tenha sido reformada pela prefeitura municipal, os espaços de permanência da praça diminuíram e um edifício importante da estação central de trens e metrô foi apropriado pelo acervo do Museu de Artes e Ofícios, da fundação Andrade Gutierrez. O processo pelo qual passa a Praça da Estação compõem as considerações dos ativistas sobre a gentrificação dos espaços e o retraimento das áreas de caráter público, duas graves consequências decorrentes dos investimentos feitos para converter grandes áreas urbanas em lugar de eventos lucrativos, mais do que para a apropriação espontânea da população.

O Movimento Baixo Centro, de São Paulo, vem promovendo ações coordenadas contra o caráter dos projetos que se desenham para o centro de São Paulo, em especial, o Projeto Nova Luz, elaborado e conduzido no âmbito de uma Operação Urbana Consorciada⁶ entre os anos de 2005 e 2013. Os ativistas organizaram um festival de rua que teve duas edições, em 2012 e 2013. Com isso, pretendiam trazer para a população para as ruas como forma de contrastar com o caráter adverso e restritivo presente nas práticas dirigidas contra os espaços da região central. O coletivo acredita na possibilidade de ações que não envolvam apenas militantes, mas outros segmentos sociais. Desse modo, obtem-se maior abrangência de luta e conjugação de experiências, em que a liberdade propositiva possa ser caminho para uma nova cidade (Movimento Baixo Centro, 2013).

Embora esses movimentos estejam despontando em diversas cidades, é certo que suas ações se concentram em contextos metropolitanos. O caso das disputas que se apresentam na região central de São Paulo é significativo, pois há outros tantos grupos e coletivos que adensam a cena contestatória, reivindicando mais alteridade para os espaços urbanos. Grupos como o Política do Impossível, Arquitetura e Gentrificação e coletivo BijaRi, reforçam as lutas sociais com um ativismo em que convergem experiência política e artística. Realizam intervenções em que se compartilham símbolos e estratégias semelhantes, tentando oferecer novos imaginários além daqueles já programados no âmbito dos planos e projetos urbanos.

Ocupações transitórias e consistentes promovidas por estes coletivos formam um tipo de espaço em que se valoriza sobretudo a autonomia, pois é a forma pela qual se resiste ao caráter hegemônico que se implantou em diversas vertentes do planejamento urbano. Os ativistas de movimentos urbanos recentes investem no compartilhamento e em ações destinadas a construir formas de poder que se insiram de modo consistente nesse campo de forças urbano, alinhada a valores democráticos que considerem a possibilidade de construção política como horizonte possível e desejável.

Além de “ocupar” os espaços públicos, esses movimentos urbanos “circulam” por seus espaços a partir de uma perspectiva política. O coletivo Nuvem Móvel (Rio de Janeiro) é um grupo que realiza deslocamentos pelos espaços públicos a fim de ativá-los. Expressam por meio do contraste o abandono ao qual estes lugares estão sujeitos. O grupo foi formado em 2012 como o que seus ativistas chamam por “nômade musical” imbuídos do propósito de ocupar as ruas a partir de festas-passeio. O grupo se propõe o encontro aleatório entre pessoas em um determinado local de forma gratuita e não seletiva. Assim, se posicionam contra as iniciativas de projeto e comportamentais que privilegiam a exclusões e formação de nichos. Embora as ações da Nuvem

⁶ Instrumento previsto no Estatuto da Cidade Estatuto das Cidades, lei 10.257/01, como Operação Consorciada de Concessão Urbanística e na Lei Municipal 14.917/09, em São Paulo.

não se dirijam a algum projeto específico fica evidente seu desacordo com as práticas sociais que não contemplam a diversidade e a diferença, assim como a falta de atenção do poder públicos para alguns espaços da cidade.⁷

Também no Rio de Janeiro, movimentos contrários aos grandes projetos e empreendimentos urbanos associados aos grandes eventos esportivos vem apontando fragilidades e exclusões nesses projetos. É o caso do Ocupa Golfe⁸, que mesmo após os jogos olímpicos de 2016 vem apontando os impactos negativos que construções como a Vila dos Atletas e o campo de golfe provocaram na Reserva de Marapendi, uma Área de Preservação Permanente. Os projetos urbanísticos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também despertaram mobilizações em trechos da cidade. É o que mostram mobilizações contrárias à construção de vultosos equipamentos de infraestrutura em conjuntos de Favelas como Alemão e Rocinha. Coletivos como Ocupa Alemão, propõem caminhadas e intervenções urbanas no território repleto de ambiguidades em que se situam. Esses coletivos, majoritariamente jovens, investem num repertório que feito das conjunções de pessoas e de interações temporárias que podem surgir daí, mais do que nas assembleias e fóruns de representação tradicionalmente empregado por associações de moradores⁹.

Não se quer dizer aqui que estes novos movimentos estejam suplantando os movimentos existentes, há coexistência, transformação de lutas e outras tantas reformulações que emergem desse cenário contrastado. Também não se deve esquecer que as contradições se manifestam também entre os próprios movimentos, que disputarão aderentes em sua trajetórias de expressão política. Ainda: não se pode saber com precisão as diferentes influências que assimilam e colocam em prática, mas é possível fazer referência a movimentos anteriores, como os chamados *RTS*, *Reclaim The Streets*, *grupos Reclaim The Street (RTS)*, exemplo vigoroso de ocupações e (re)apropriações do espaço público. Por meio de festas e celebrações espontâneas, ocupam lugares limitados por normas e condutas, como aqueles vigiados por elementos cuja presença indicam a privatização e controle excessivos (Smith, 2004).

O gráfico apresentado na figura 2, é uma tentativa de ilustrar o modo pelo qual esses ativistas se movimentam nas ruas. Cada linha representa uma tônica e a posição de cada coletivo condiz com o tipo de ação que predominante praticam. Nesse processo, circulam símbolos e subvertem procedimentos, e cada ponto pode deslizar na curva, a depender das características do espaço com o qual integrem ou o tipo de repressão que venham a sofrer. Portanto, embora estático, esse desenho pode ser lido como um *frame* da “nuvem” que configura a maneira pela qual o conteúdo político é intercambiado entre os ativistas desse movimento social.

Em suma, esses coletivos se apresentam como forças francamente contrárias aos mecanismos de despolitização que se infiltrou em âmbitos da urbanística atual. O esforço imaginativo de seus integrantes, apesar de não se concentrar em uma demanda específica, tem caráter eminentemente crítico e emancipatório, rompendo com a saturação formatada pela imagem de cidade única forjada nos projetos que enfrentam. Nesses termos, esse movimento social atua como aliado importante na abertura de novos campos políticos, ao tecer relações entre práticas artísticas e políticas, e entre as ações coletivas e os espaços públicos. De certa forma, podem desfazer a ilusão de coexistência alimentada pelos projetos de intervenção e reestruturação

⁷ Cf. [facebook.com/nuvemmovei](https://www.facebook.com/nuvemmovei)

⁸ Cf. [facebook.com/ocupagolfe](https://www.facebook.com/ocupagolfe)

⁹ cf. [facebook.com/ocupaalemao](https://www.facebook.com/ocupaalemao)

urbana que, assim como seus correlatos associados à ideia de planejamento, produzem uma imagem falsa de conciliação.

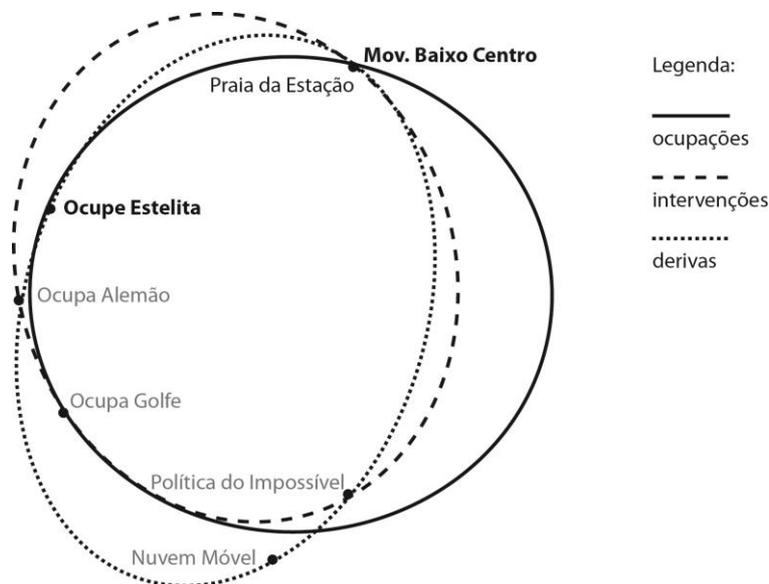


Figura 2. Gráfico ilustrando o repertório de ação dos grupos. Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este exercício de articulação entre ação coletiva e urbanismo sugere que desponta atualmente uma nova forma de protesto nas metrópoles brasileiras. A partir dessas vozes dissonantes é possível observar sinais evidentes de desagregação nos espaços públicos de nossas metrópoles, relacionados a determinado universo de práticas urbanísticas. Em suas falas, identifica-se questões muito semelhantes, tais como a falta de participação social, a influência excessiva de empresas e do capital privado na condução de projetos urbanos, a falta de atenção aos espaços públicos e outros mais. Sugere-se que, por meio influencia cruzada que mantém, esses grupos de pressão despontam hoje como um movimento social urbano disperso, sem matriz de luta definida, ou base social comum, mas que vem desafiando com suas críticas os liames da ação coletiva na cidade. O que esse movimento apresenta em seus discursos encontra correspondência em várias reflexões teóricas a respeito de uma cidade consensualizada, sintonizada à uma globalização homogeneizante, de espaços espaços que atendem sobretudo à lógica do lucro e da financierção do capital.

Não há possibilidade de delimitar e presumir identidade comum entre seus integrantes, ela é sugerida pela proximidade dos problemas que enfrentam. A associação metafórica com a nuvem para se referir a tal fenômeno, indica que sua agência está em flutuação no espaço urbano, adensando-se em situações específicas. Também é notória a variedade significativa do repertório que empreendem, feito eminentemente nas “ruas”, o que condiz com centralidade do espaço público ocupa como articulador desses movimentos. Espaços públicos esses que, na voz dos ativistas, vêm sendo subtraídos por lógicas de planejamento restritivas e pouco abrangentes, mas que podem sofrer alterações graduais diante dos enfrentamentos.

Na perspectiva das análises que privilegiam as pequenas ações mais do que os grandes episódios de mobilização, pode-se concluir da seguinte maneira: mais do que um movimento fechado e consistente, as microexperiências, singulares e subjetivas, dessas diferentes coletividades urbanas deixaram marcas consideráveis em nossa realidade urbana, na medida em que estabeleceram parâmetros menos individualistas e mais complexos para se perceber suas articulações. Ao ocuparem e circularem nas ruas, revelam uma cidade insurgente em formação? Ou rastro que se dissipará com o tempo. Na impossibilidade de resposta, deseja-se apontar apenas que essa “nuvem” de atores coletivos em formação pode estar originando um movimento social surgido de sua diversidade de experiências. Esses movimentos não estão isolados, embora pertençam a contextos muito distantes, e vem desenhando uma trama muito contrastada diante dos problemas que se observa atualmente, seja em situações particulares ou diante de termos amplos como autonomia, emancipação coletiva, cultura urbana e identidade.

Se há dúvida quanto à sua longevidade, o que se propõe aqui é que as práticas de planejamento nas metrópoles vem se desenhando com extrema desigualdade no momento presente e que muitos projetos e empreendimentos continuam privilegiando segmentos sociais muito específicos, a despeito da efetividade dos instrumentos dos quais lançam mão. Esses novos movimentos na cidade, como as nuvens, deixam entrever, ainda que de forma muito imprecisa, as possibilidades de mudança que se pode desenhar no horizonte político, para uma prática urbanística mais equitativa e por cidades mais justas para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. **“EI, POLÍCIA, A PRAIA É UMA DELÍCIA!”: Rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFRM, 2013.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, pp. 49-86, 2009
- _____. Repertório segundo Charles Tilly: a história de um conceito. **Sociologia & antropologia**, v. 02 n. 03, pp. 21-41, 2012.
- BORJA, Jordi. *La ciudad Conquistada*. Alianza Editorial: Madrid, 2003 [1991].
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., (orgs.) **Sociedade política no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madri: Siglo XXI, 1974.
- DIANI, M.. “The concept of social movement”. **The Sociological Review**, 1992, vol. 40, no 1.
- DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais, a Construção da Cidadania. **Novos Estudos-Cebrap**. São Paulo: n. 10, pp. 4-30, 1984
- EVERS, Tilman. Identidade, a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais. **Novos Estudos-Cebrap**. vol. 2, n° 4. 1984.
- FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo , n. 17, p. 19-48, June 1989.

- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2007 [1997].
- _____. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago, 2011, pp. 333-361.
- HABERMAS, J. "New social movements". **Telos**, New York, no.49. 1981.
- _____. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012
- HOLERT, Tom. "Reconfiguring occupation". In HIRSCH, Nikolaus; MIESSEN, Markus. **What is a Critical Spatial Practice?**. Berlim: Sternberg Press, 2012, pp. 59-60.
- JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil. **BIB**, n.º9, 1980, pp. 221-236.
- _____. Movimentos populares urbanos e a resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In . In BOSCHI, Raul. (org.) **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982, pp. 145-179.
- KOWARICK, Lucio. "Lutas urbanas e movimentos populares, alguns pontos para reflexão". **Espaço & Debates**. São Paulo, Cortez, n. 8, 1983, p. 55-63.
- LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. 1985. Conferência. Disponível em: anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04, acesso em 28/11/2016.
- LARAÑA, E.; JOHNSTON, H.; GUSFIELD J. R. **New Social Movements: From Ideology to Identity**. Filadélfia: Temple Un. Press, 1994.
- LEONTIDOU, Lila. "Urban Social Movements in 'Weak' Civil Societies: The Right to the City and Cosmopolitan Activism in Southern Europe". **Urban Studies**, 2010. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/content/47/6/1179>. Acesso em 20/11/2014.
- LOREY, Isabell. "On Democracy and Occupation. Horizontality and the Need for New Forms of Verticality." In GIELEN, Pascal (ed.). **Institutional Attitudes. Instituting Art in a Flat World**. Rotterdam: Antennae; Valiz, 2011, pp. 77-99.
- MAYER, Margit. Manuel Castells' The City and the Grassroots. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 30, 2006, pp. 202-206. Disponível em :10.1111/j.1468-2427.2006.00652.x. acesso em 23/04/2015.
- _____. Contesting the Neoliberalization of Urban Governance. In LEITNER, H.; PECK, H.; SHEPPARD, S (orgs.). **Contesting neoliberalism: urban frontiers**. Nova Iorque: The Guildford Press, 2007, pp. 90-115.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001.

- MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, v. 19, n. 2. 1980
- _____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MIGLIANO, Milene. Praia da Estação como Ação Política. **Redobra** n. 11, 2013, pp. 43-54
- MOVIMENTO BAIXO CENTRO. Baixocentro: O Grito dos Outros. **VIRUS**, São Carlos, n. 9 [online], 2013a. Disponível em: nomads.usp.br/virus/_virus09/secs/carpet/virus_09_carpet_43_pt.pdf, Acesso em 17/03/2015
- MOVIMENTO OCUPE ESTELITA. **Manifesto Ocupe Estelita**, 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>. Acesso em 10/12/2015.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. In **OSAL, Observatório Social de América Latina**. Ano VII no. 21 set-dez 2006, pp.23-32.
- _____. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano. O novo economicismo. In: POGGIESE, Héctor; EGLER, Tamara Tania Cohen (orgs.). **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: CLACSO, 2009, pp. 25-34.
- SCHERER- WAREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SMITH, Christopher. "'Whose Streets?': Urban Social Movements and the Politicization of Space," **Public** n. 29, 2004: 156-67.
- TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Michigan: University of Michigan, 1977.
- _____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.
- TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, n. 17, junho, pp. 5-18. 1989.
- _____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.